

## 2.

### **Trabalho e processos de trabalho no modo de produção capitalista**

Ao longo da história da humanidade, o conceito “trabalho” vem sofrendo alterações e preenchendo páginas com novos domínios e novos valores.

A história do trabalho começa quando o homem buscou meios de satisfazer suas necessidades, e, na medida em que essas são atingidas, ampliam-se as necessidades a outros homens e criam-se as relações sociais que determinam a condição histórica do trabalho.

Tomando como referência Marx (2006), trataremos o trabalho de modo a considerá-lo como exclusivamente humano, demonstrando que o trabalho humano é consciente e tem um propósito, ao contrário do trabalho dos outros animais que é instintivo. O autor, em sua obra “O Capital”, inicia a abordagem do Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais-Valia com o significado do trabalho para o desenvolvimento do homem.

Para Marx (op.cit.), o trabalho constitui-se na mediação entre o homem e a natureza. É, portanto, condição da existência humana independentemente da forma de sociedade na qual o homem esteja inserido. É uma necessidade natural e eterna que media o metabolismo entre homem e natureza e, portanto, a própria vida humana. É um processo em que o ser humano, por conta da sua capacidade teleológica de pensar, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza, modificando-a e, ao mesmo tempo, modificando a si mesmo. Essa capacidade de idealizar mentalmente o ato de trabalho é única e exclusivamente do ser humano.

No entanto, nesta dissertação o objeto de discussão não é o trabalho em geral, mas o trabalho sob a forma das relações capitalistas. Compreendo que o papel do trabalho na história humana foi e é importante para esclarecer as formas específicas com que se dão as relações de trabalho no capitalismo. Conforme já apresentado, o trabalho é compreendido por Marx (op.cit.) como qualquer atividade produtiva, que visa a um objetivo determinado. Para ele, o principal objetivo do processo de trabalho é a criação de valor-de-uso, e a atividade do trabalho é inerente ao ser humano, sendo condição de sua existência.

Partindo desses pressupostos, cabe destacar que a produção não é obra do homem isoladamente: ela tem sempre um caráter social. No processo de produção de bens materiais, os homens acabam se relacionando, e o trabalho de cada um converte-se numa partícula do trabalho social. Isso ocorre desde as sociedades mais primitivas e sofre um grande aprofundamento nos processos industriais mais avançados.

A partir disso, há que se considerar a distinção que Marx (2006) traz entre trabalho e força de trabalho, no capitalismo. O trabalhador, nesse modo de produção, não vende o trabalho em si, mas sim a sua força de trabalho, sendo o consumo da força de trabalho o que confere valor às mercadorias. Assim, o trabalho criador de valor ficou denominado como “trabalho abstrato”.

Assim, ainda com base no pensamento de Marx (op.cit.), o processo de trabalho é entendido como aquele em que o trabalho é materializado em valor de uso (trabalho concreto), mas que também envolve valor de troca (trabalho abstrato), na medida em que se insere nas relações determinadas pela sociedade capitalista. O trabalho é, nesse caso, uma interação da pessoa que trabalha com o mundo “natural”, de modo que os elementos deste último são conscientemente modificados e com um propósito.

Portanto, os elementos do processo de trabalho envolvem o trabalho em si, o objeto sobre o qual o trabalho é realizado, os meios que facilitam o processo de trabalho e os seus resultados. Importante destacar que esses elementos são marcados pelas relações sociais capitalistas, pois, para entendermos como os homens se relacionam entre si no processo de trabalho, é necessário analisar as relações sociais dentro das quais esse processo ocorre (Bottomore, 2001).

Nesse sentido, destaca-se a chamada Revolução Industrial, cuja característica principal é o avanço da tecnologia aplicada na produção, o que, conseqüentemente, trouxe a modificação dos processos de produção e das relações sociais.

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma (Marx, op.cit., p. 214).

Essas transformações tiveram início na Inglaterra, cujo processo de industrialização ganhou forma mais aparente na Revolução Industrial. Essa trouxe modificações no processo de trabalho, com as inovações tecnológicas no corpo das fábricas, cujo objetivo era o aumento da produtividade, o que levou conseqüentemente à redução dos postos de trabalho.

A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições tornaram-se generalizadas através de toda a sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo a sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores, estão livres de restrições legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista. O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador (Braverman, 1977, p. 54-55).

Sendo assim, com o crescimento da industrialização, houve uma interferência na relação entre trabalhador e empregador, na medida em que se estabelece a relação capital e trabalho. Dentro de seus objetivos, o capitalismo fixa regras de exploração do trabalho e a lei da oferta e da procura acaba por se impor como princípio regulador dessa exploração.

No atual sistema de produção, o trabalhador produz bens que não lhe pertencem e cujo destino, depois de prontos, fogem do seu controle. O trabalhador, assim, não pode se reconhecer no produto de seu trabalho; não há a percepção daquilo que ele criou como fruto de suas capacidades físicas e mentais, pois se trata de algo que ao trabalhador não terá utilidade alguma. O produto de sua criação se apresenta diante do mesmo como algo estranho e por vezes hostil, e não como o resultado normal de sua atividade e do seu poder de modificar livremente a natureza.

Isso ocorre somente porque tal produto pertence a outro homem que não é o trabalhador, que se apropria de parte do fruto e do próprio trabalho operário, ou seja, o capitalista, o proprietário dos meios de produção. Além disso, o capitalista, ao comprar a força de trabalho do homem e utilizá-la como bem lhe convém, não paga ao trabalhador o equivalente ao valor produzido por ele em uma determinada

quantidade de tempo e essas horas extras de trabalho não pagas, o que Marx (2006) chama de “sobretabalho”, se traduz em mais-valia e em um sobreproduto<sup>27</sup>.

Considera-se, então, que uma das características principais da sociedade capitalista é a divisão em classes, em grupos compostos por homens que se diferenciam entre si pela situação que ocupam na produção social. Conforme já exposto, cada classe social tem seus interesses próprios. O capital explora a força de trabalho em busca de mais lucro e o trabalhador busca melhores salários e menos exploração.

No entanto, fica evidente que a força de trabalho, numa sociedade capitalista, tornou-se uma mercadoria. O seu uso já não está organizado de acordo com as necessidades e desejos daqueles que a vendem, mas de acordo com os anseios dos seus compradores, que são principalmente empregadores que procuram ampliar o valor do seu capital, ou seja, aumentar o seu lucro.

É interesse desses compradores a desvalorização da força de trabalho, criando uma população ativa adequada às suas necessidades em proveito dos próprios interesses capitalistas. O trabalhador tem, conseqüentemente, a desqualificação do seu trabalho. Portanto, para obter uma melhor visualização desse sistema de exploração capitalista, bem como sobre a organização dos processos de trabalho em seu âmbito, buscaremos referências na discussão sobre o taylorismo, algo que Braverman trouxe em destaque no seu livro *Trabalho e capital monopolista*, tomando como aporte a teoria social de Marx.

Em fins do século XIX, Frederick W. Taylor (1856-1915) observou as controvérsias nas relações entre chefes e operários, elaborando experiências sobre a mensuração do trabalho. Ele se preocupava com as causas dos desperdícios, procurando desenvolver métodos de trabalho mais rentáveis, elaborando e implantando um sistema de organização conhecido como *scientific management* (gerenciamento científico). Taylor desenvolveu uma série de princípios práticos baseados na separação entre trabalho mental e físico e na fragmentação das tarefas.

---

<sup>27</sup> A força de trabalho é paga pelo salário, que é o seu preço e esta, como qualquer outra mercadoria comprada pelo capitalista, é regida pela lei do valor, pois o valor da força de trabalho é determinada pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho (Netto e Braz, 2007, p. 103).

A consequência inexorável da separação de concepção e execução é que o processo de trabalho é agora dividido entre lugares distintos e distintos grupos de trabalhadores. Num local, são executados os processos físicos da produção; num outro estão concentrados o projeto antes posto em movimento; a visualização das atividades de cada trabalhador antes que tenham efetivamente começado; a definição de cada função; o modo de sua execução e o tempo que consumirá; o controle e verificação do processo em curso uma vez começado; e a quota dos resultados após conclusão de cada fase do processo – todos esses aspectos da produção foram retirados do interior da oficina e transferidos para o escritório gerencial (Braverman, 1977, p. 112-113).

Nesse sentido, conforme ressalta Braverman (1977), o controle da força de trabalho apresenta-se para o capitalista como um problema de gerência. O mesmo identifica a lógica taylorista com a lógica gerencial, por conta da sua preocupação com o desperdício, focando as orientações das atividades gerenciais para a apropriação e para a sistematização do saber tácito do trabalhador, em que o objetivo é organizar o processo de trabalho, no sentido de adestrar e de controlar o trabalhador com base nos seus interesses.

A divisão do trabalho industrial produz a diferenciação entre trabalhadores especializados e não especializados. Assim, o valor do trabalho diminui, acarretando um crescimento direto da mais-valia e implementando um aumento significativo da produtividade.

Posteriormente, Henry Ford, à frente da Ford Motor Company, fábrica de automóveis, contribui e inova com a introdução da esteira rolante, mas visava os mesmos objetivos sistematizados por Taylor, ou seja, a eliminação dos tempos mortos no processo de trabalho a fim de alcançar grande volume de produção a custos baixos. Esta forma de organização da produção leva a uma extrema especialização e desqualificação do trabalhador, centralizando, na gerência, o domínio sobre o processo produtivo como um todo, e colocando a máquina (no caso, a esteira rolante) como elemento central da produção – não tanto pela inovação tecnológica que representa, mas por esta funcionar como um mecanismo capaz de sincronizar, intensificar e controlar o ritmo do trabalho.

O aceleração do índice de produção, neste caso, dependia não apenas da mudança na organização do trabalho, mas do controle que a gerência conseguiu, de um só golpe, sobre o ritmo da montagem, de modo que podia agora dobrar e

triplicar o índice a que as operações a serem executadas deviam obedecer e assim submeter seus trabalhadores a uma intensidade extraordinária de trabalho (Braverman, 1977, p. 131).

É importante ressaltar que, para Marx, a divisão social do trabalho sempre existiu em todas as sociedades. Essa divisão é inerente ao trabalho humano e ocorre em relação a tarefas econômicas, políticas e culturais. Desde as sociedades tradicionais, a divisão do trabalho correspondia à divisão de papéis por gênero, sendo sucedidas, mais tarde, pela divisão das atividades como a agricultura, o artesanato e o comércio. A divisão do trabalho surge com o excedente da produção e a apropriação privada das condições de produção. Foi a partir da Revolução Industrial que se intensificou e fragmentou as tarefas, aumentando, por sua vez, a produtividade.

Dessa forma, Braverman (op.cit.) nos mostra que a divisão social do trabalho expressa meios de segmentação da sociedade, enquanto que a divisão do trabalho na produção busca a valorização do capital, por meio da mais-valia, ou seja, o valor excedente produzido pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista. A mais-valia promove o aumento da produtividade, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho ou pela mecanização das atividades produtivas. Tanto a divisão social do trabalho, quanto a divisão do trabalho na produção convergem para um mesmo ponto: a estrutura que representa o fundamento econômico da sociedade, expressa aqui pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção.

Para Braverman (op. cit.), nessas indústrias monopolistas foram introduzidas mudanças técnicas e organizacionais que, ao aprofundar a divisão do trabalho anterior, permitiu um novo e maior controle do capital sobre o trabalho vivo.

Tomando como base novamente as análises desenvolvidas por Braverman (op.cit.), vemos que, nessas indústrias monopolistas, principalmente no que se refere ao controle exercido pelo capital, o aprofundamento da divisão do trabalho vem acompanhado do processo de alienação da classe operária na medida que:

A massa de trabalhadores nada ganha com o fato de que o declínio de seu comando sobre o processo de trabalho está mais que compensado pelo comando crescente por parte dos gerentes e engenheiros. Pelo contrário, não apenas sua qualificação cai em sentido absoluto (naquilo que perdem o ofício e as

capacitações tradicionais sem ganhar novas capacidades para compensar a perda), como cai em sentido *relativo*. Quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador precisa saber a fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece (Braverman, 1977, p. 360).

O padrão fordista de organização da produção e do trabalho predominou nos Estados Unidos e se expandiu para vários países, nas primeiras décadas do século XX até meados dos anos setenta. Esse momento ficou conhecido como “período de ouro do capital” e se caracterizou por altas taxas de crescimento econômico, salários reais altos, elevados padrões de consumo, poder dos sindicatos e benefícios sociais exercidos pela interferência do Estado na economia.

O fordismo, com a introdução da linha de montagem e a racionalização dos tempos e dos movimentos dentro das fábricas, proporcionou à produção em escala da era industrial elevados índices de produtividade e especialização do trabalho, maior controle do trabalho exercido pela gerência, produção e consumo de massa. O padrão fordista se caracterizava pela rigidez, configurada em salários reais e taxas de lucros elevados, altos níveis de estoques e organização dos trabalhadores.

Em meados da década de 1970, o padrão de acumulação fordista entra em crise, como consequência da queda nas taxas de consumo e da ação dos trabalhadores organizados, que “boicotavam” a produção em massa do fordismo, com greves, absenteísmo, boicotes na linha de produção, alta rotatividade no emprego, etc. Como a economia capitalista é caracterizada por ciclos econômicos, períodos de crescimento e recessão, o ciclo ascendente do fordismo entra em crise e o mundo inteiro entra numa grave recessão, acelerada pelo primeiro choque do petróleo, em 1973.

A partir daí, vem se configurando, nos principais países imperialistas e também nos denominados “periféricos”, novas formas de organização da produção e do trabalho baseados num novo padrão de acumulação de capital, a acumulação flexível. Em contraposição à rigidez do fordismo, a acumulação flexível se baseia na flexibilidade dos processos de produção e do trabalho.

Pretendemos aqui discutir a concepção de “reestruturação produtiva”<sup>28</sup> em dois autores, com aproximações diferenciadas sobre o tema. São eles: David Harvey, em “Condição pós-moderna” (1994) e Ricardo Antunes em “Os sentidos do trabalho” (2000).

Harvey (1994) tenta compreender as transformações no mundo do trabalho ocorridas após os anos de 1970, a partir do confronto entre as idéias de ruptura e de continuidade. O mesmo busca saber se há, de fato, algo de novo na configuração atual do capitalismo no final do século XX e, especificamente, nas relações entre capital e trabalho, ou seja, o que há de permanência, ou o que se mantém das grandes linhas apresentadas, para caracterizar a sociedade moderna e capitalista e as relações capitalistas de produção, tais como se apresentavam no século XIX. A partir desses questionamentos, Harvey expõe que o que se apresenta hoje é um novo padrão de acumulação capitalista, a acumulação flexível, em contraposição ao modelo keynesiano-fordista, em esgotamento. O processo de reestruturação produtiva, ou, como denomina, “produção flexível”, faz parte desse novo modelo de acumulação.

Antunes, mesmo em concordância com Harvey, tenta caracterizar esse momento como de mudança dentro da própria estrutura da sociedade capitalista e não de rompimento com os grandes parâmetros que a caracterizariam. Assim, contrapõe o modelo fordista de produção aos novos modelos tecnológicos e organizacionais das empresas, principalmente ao toyotismo, que tem sido o modelo mais seguido, e discute de forma crítica os parâmetros do novo modelo organizacional, ou da chamada “reestruturação produtiva do capital”, tentando desmitificar alguns discursos como o da qualificação, da qualidade total, etc.

O toyotismo, ou modelo de acumulação flexível, surgiu como solução para a crise do capital ocorrida nos anos de 1970. Originário no Japão, nas fábricas de automóveis Toyota, ganhou terreno e estendeu-se pelo mundo todo. Com ele, emerge uma nova forma de organização industrial e de relação entre capital e trabalho.

---

<sup>28</sup> Refiro-me à reestruturação produtiva com base na discussão de Mota (1998), entendendo-a como a atual recomposição do ciclo de reprodução do capital, ao determinar um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho.

O delineamento analítico sobre o significado e os contornos das transformações vivenciadas pelo capitalismo nos é oferecido por Harvey. Segundo ele, os padrões de vida para a população trabalhadora dos países capitalistas centrais mantiveram relativa estabilidade e os lucros monopolíticos também eram estáveis.

Em seu estudo sobre a acumulação flexível, Harvey (1994) nos diz que essa fase da produção é contrária ao que existia no fordismo, com sua fabricação segmentada e em massa. Essa se opera na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, caracterizando-se com o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Harvey (op. cit.), bem como Antunes (2000), consideram que a grande recessão vivida pelo capital, e que teve seu auge em 1973, marca o momento de mudança no padrão de acumulação capitalista e o início da busca de um novo modelo tecnológico e organizacional do trabalho.

No processo de produção, a flexibilidade está pautada na produção enxuta, que está bem representada nas formas de organização do “modelo japonês” (Kan-Ban, Just-in-Time)<sup>29</sup>. No processo de trabalho, a flexibilidade se baseia em contratos de trabalho mais flexíveis, com tempo determinado, contratos temporários, sub-contratação de trabalhadores, retorno ao trabalho em domicílio, dentre outros.

Como resposta à sua crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vista a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (Antunes, 2000, p.31).

---

<sup>29</sup> Segundo Antunes (2000) este se refere ao modelo de gestão japonês, em que *Kan-ban*, cuja tradução é “quadro” ou “painel”, baseia-se simplesmente na flexibilidade e na rapidez da troca de informações entre os trabalhadores no processo de comando de reposição de peças e estoque, implicando um acréscimo de produtividade baseado na aplicação de uma idéia simples: o “estoque-zero”, tendo como princípio o *Just-in-Time* (no tempo justo), ou seja, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção.

Assim, para Antunes (op. cit.), a implantação do processo de produção do tipo toyotista supõe uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato dos trabalhadores operarem simultaneamente com várias máquinas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva.

A acumulação flexível, no modelo toyotista, torna-se para o capital uma forma de maior exploração e de maior controle sobre a força de trabalho, o que não é novo nesse sistema, ou seja, só se intensifica. A reestruturação produtiva do capital está baseada em aumento de produtividade, eficiência, qualidade, novas formas de tecnologia e de gestão, efetivando-se por intermédio das inovações tecnológicas e da flexibilização da legislação trabalhista.

A produção na acumulação flexível tem como objetivo propiciar a redução do tempo, pois o controle de qualidade ocorre de forma imediata, com substituição instantânea de produtos e peças com defeitos, pois, antes, os produtos ficavam “ocultados” nos estoques, com significativa demora na percepção de problemas. Também a forma de trabalho será outra. O trabalhador, que no regime fordista desempenhava apenas uma única tarefa, agora realizará múltiplas, com exigência de treinamentos mais especializados para a utilização de máquinas diferenciadas, e quase ao mesmo tempo. A necessidade de otimização do tempo vem aliada à exigência de um profissional mais qualificado.

O papel do Estado também muda. Segundo Harvey (1994), o que antes era baseado na regulamentação, na rigidez, na difusão do bem-estar social e no consumo de massa, passa a ter características de desregulamentação, flexibilidade e privatização das necessidades coletivas e da seguridade social.

O modelo de produção capitalista, conforme visto, articula-se na relação capital-trabalho, processo metabólico que se expande em função de suas novas formas de ser, em consonância com sua lógica de acumulação da riqueza, as quais se alinham no contexto atual com uma desregulamentação do trabalho e uma redefinição do papel do Estado na esfera social, nos países que se adequam a esse sistema.

Nas últimas décadas do século XX, houve, como reflexo desse sistema de acumulação flexível, uma significativa expansão dos assalariados médios no

“setor de serviços”<sup>30</sup> que, inicialmente, incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas de corte neoliberal<sup>31</sup> e do cenário de desindustrialização e privatização, mas que também sentem as conseqüências do processo de reestruturação, onde se investe mais em especulação financeira em detrimento da produção de bens e serviços igualitários para a classe trabalhadora.

Para o capital, isso revela o movimento das ocupações mal pagas, domésticas e suplementares. Para o trabalhador é expressão da dificuldade de manter sua subsistência nessa configuração social criada pelo capital, por conta da precarização das condições de trabalho e aumento do desemprego.

Braverman (1977) ressalta que, nas condições do capitalismo, o desemprego não é uma aberração, mas uma parte necessária do mecanismo de organização do modo de produção capitalista. Esse é continuamente produzido e absorvido pela energia do próprio processo de acumulação, pois essa população irregular e ocasionalmente desempregada fornece ao capital uma reserva de força de trabalho e, conseqüentemente, base para exploração maior dos trabalhadores.

Em meio a essas transformações, observa-se uma inter-relação crescente entre mundo produtivo e setor de serviços<sup>32</sup>. Vale enfatizar que, em conseqüência dessas mutações, várias atividades no setor de serviços anteriormente consideradas improdutivas tornaram-se diretamente produtivas, subordinadas à lógica exclusiva da racionalidade econômica e da valorização do capital.

<sup>30</sup> As massas de trabalho sacrificadas pela rápida mecanização da indústria (e inclusive não só aquelas que perdem suas funções, mas, muito mais importante numericamente, as que se mantêm vindo ao mercado de emprego em uma época em que as oportunidades tradicionais para o emprego industrial estão encolhendo) fornecem a quota de trabalho para os setores de escritório, serviços e vendas (Braverman, 1977, p. 323).

<sup>31</sup> Segundo Soares (2003, p. 19) estas se referem às políticas consagradas em 1990, caracterizando-se por um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais.

<sup>32</sup> Setor de serviços ou setor terciário, no contexto da economia, envolve a comercialização de produtos em geral, e o oferecimento de serviços comerciais, pessoais ou comunitários, a terceiros. Os serviços são definidos na literatura econômica convencional como “bens intangíveis” e envolve a prestação de serviços às empresas, bem como aos consumidores finais. Os serviços podem envolver o transporte, distribuição e venda de mercadorias do produtor para um consumidor, que pode acontecer no comércio atacadista ou varejista, ou podem envolver a prestação de um serviço, como, por exemplo, o entretenimento. Os produtos podem ser transformados no processo de prestação de um serviço, como acontece nos restaurantes ou em equipamentos da indústria de reparação. No entanto, o foco é sobre as pessoas interagindo com as pessoas e servindo ao consumidor, mais do que a transformação de bens físicos.

A exata interpretação (ou na verdade, definições básicas sobre o que significa um serviço) a ser dada a isso é objeto de considerável controvérsia. Pode-se atribuir parte da expansão, por exemplo, ao crescimento da subcontratação e da consultoria, que permitem que atividades antes internalizadas nas firmas manufatureiras (legais, de marketing, de publicidade, de secretaria etc.) sejam entregues a empresas separadas (Harvey, 1994, p.149).

Portanto, para compreender a nova forma de ser do trabalhador, é preciso partir de um entendimento ampliado de trabalho. Esse, segundo Antunes (2000), compreende o conjunto dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, ou seja, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

A classe trabalhadora, portanto, é mais ampla do que o proletariado industrial produtivo do século XIX, embora esse ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem uma configuração mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada.

Sendo assim, considera-se que as atividades que estão ligadas ao setor de serviços, apesar de não serem consideradas atividades produtivas, são indispensáveis ao movimento do sistema capitalista.

Conforme já exposto, no modo de produção capitalista contemporâneo, em que a indústria se encontra desenvolvida e aparece como foco de “toda produção”, vem conseqüentemente sofrendo alteração na base sobre a qual vinha se desenvolvendo a produção. Essa se desvincula do trabalho individual realizado no processo de transformação da natureza para o trabalho coletivo, que, no seu conjunto, produz meios materiais necessários à reprodução social.

A produção envolve mais do que as funções imediatas desenvolvidas pelo proletariado no processo de transformação de matérias e constituição de mercadorias, ou seja, o trabalhador coletivo é o conjunto de trabalhadores envolvidos na produção.

Assim, o setor de serviços não pode ser totalmente descolado das relações de produção, pois se encontra como um mecanismo para a reprodução do capital, encontrando-se inserido na divisão social e técnica do trabalho.

O trabalho no marco contemporâneo se efetua a partir de uma interação coletiva de profissionais, mediante o avanço tecnológico e a exigência de capacitação requisitada pelo capital.

Para o trabalhador, o conceito de qualificação está ligado tradicionalmente ao domínio do ofício – isto é, a combinação de conhecimento de materiais e processos com as habilidades manuais exigidas para desempenho de determinado ramo da produção. O parcelamento das funções e a reconstrução da produção como um processo coletivo ou social destruíram o conceito tradicional de qualificação e inauguraram apenas um modo para domínio do processo de trabalho a ser feito: mediante e com o conhecimento científico, técnico e de engenharia do trabalho. Mas a extrema concentração desse conhecimento nas mãos da administração e suas organizações de equipes associadas fecharam essa via de acesso à população trabalhadora. O que se deixa aos trabalhadores é um conceito reinterpretado e dolorosamente inadequado de qualificação: uma habilidade específica, uma operação limitada e repetitiva, “a velocidade como qualificação” etc. (Braverman, 1977, p. 375).

O capitalismo monopolista, ao se referenciar na gerência taylorista, de separação entre concepção e execução do trabalho, pode resultar conseqüentemente numa desqualificação do trabalhador, pois o que o capital requisita na atualidade é um trabalhador polivalente, que venha realizar várias funções e não somente um trabalhador especializado em um ramo da produção.

Assim, não pode ser considerado trabalho somente as profissões que geram um produto imediato e palpável, pois as profissões que se encontram no setor de serviços se encontram, mesmo que indiretamente, enquanto participantes do processo de produção do capital.

Para se ter um entendimento sobre o processo de trabalho do setor de serviços é de suma importância o resgate que Braverman (1977) faz da discussão de Marx sobre trabalho produtivo e improdutivo.

Braverman (op.cit.) expõe que, de acordo com Marx, o trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista e o trabalho improdutivo, por sua vez, não possui essas duas propriedades, mas ainda retém a propriedade de constituir uma força de trabalho, de modo que precisa ser reposta, dependendo do produtivo.

Sabemos que a produção de valor é função do trabalho e que essa se constitui em um processo de trabalho. No entanto, o valor no modo de produção capitalista não é gerado na distribuição, na circulação ou no consumo de bens; o valor é gerado na produção.

Mas, não precisa necessariamente se ter a “mão na massa” para produzir valor. Essa participação pode se dar direta ou indiretamente, levando-se em consideração que as atividades que não estão direta e imediatamente ligadas ao processo de produção material são fundamentais para o seu processo de elaboração, podendo, assim, ser consideradas produtivas, ou seja, o caráter produtivo ou não do trabalho está relacionado ao valor que ele cria e que pode ser apropriado pelo capital e não pelo produto que ele gera para o capitalista.

O modo de produção capitalista não é apenas um modo de produção de mercadorias; na verdade, é um modo de produção de mais-valia. Assim, o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo são complementares e atuam de forma “integrada” em cada campo do sistema produtivo capitalista, respectivamente, na produção propriamente dita e na efetivação da mais-valia.

Sem trabalho produtivo, não há ampliação de mais-valia. Sem trabalho improdutivo, não há reprodução de capital com a logística, a qualidade, o tempo e a diminuição de custos requeridas pela produção de mais-valia.

Braverman (op.cit.) destaca que o modo de produção capitalista subordinou a si mesmo, todas as formas de trabalho e todos os processos de trabalho. Assim, a transformação do trabalho improdutivo em produtivo é forma de extrair valor excedente, que se encontra como finalidade do próprio processo de criação da sociedade capitalista.

Conforme ressalta Antunes (2000), o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. Saber científico subsumido ao saber laboral, em certos casos acrescentando o capital constante (diminuindo o tempo de trabalho necessário pelo aumento da produtividade), em outra parte o capital variável (ao remunerar o trabalho produtivo intelectual) e tomando parte da mais-

valia para remunerar trabalho improdutivo intelectual que se torna cada vez mais importante para ambos os saberes.

É injusto imaginar que o trabalho, por ser intelectual (serviços, por exemplo), não pode ser produtivo. Desde que esteja vinculado à produção de mais-valia, ainda que na reprodução desse sistema, o trabalho é produtivo. Dessa forma, por exemplo, o gerente, o cientista e o assistente social de uma fábrica são trabalhadores produtivos.

Considero que o conceito de trabalho produtivo não deve ser compreendido apenas como uma relação entre atividade do trabalhador que gera um resultado útil, que é produto do trabalho, mas uma relação especificamente social que se modifica ao longo da história e que faz do trabalhador um instrumento direto de criação de mais-valia. Ser produtivo não se refere a um trabalho concreto, como o de um agricultor, por exemplo, ou às características do valor de uso que foi produzido.

Outro fator importante é que não podemos distinguir o trabalho produtivo por setores da atividade econômica como: primário, secundário ou terciário<sup>33</sup>, como é o caso do setor de serviços, pois ele está ligado ao processo de produção de capital. Portanto, o trabalho produtivo está presente em toda e qualquer relação de produção capitalista, esteja ela relacionada a uma instituição agrícola, fabril ou de oferecimento de serviços.

Além dessas mudanças no âmbito da produção e no processo de trabalho, surgem ainda novas formas de gestão e de controle da força de trabalho. Isso ocorre tanto nas organizações públicas como nas privadas, o que, conseqüentemente, vem trazendo repercussões para a “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2000), como a precarização das relações de trabalho, ameaça de desemprego, exigências de polivalência, multifuncionalidade, desenvolvimento de novas habilidades, entre outros.

---

<sup>33</sup> O setor primário está relacionado à produção através da exploração de recursos da natureza. Podemos citar como exemplos de atividades econômicas do setor primário: agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça. O secundário é o setor da economia que transforma as matérias-primas (produzidas pelo setor primário) em produtos industrializados (roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, casas, etc) e o terciário é o setor econômico relacionado aos serviços. Os serviços são produtos não materiais que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades. Como atividades econômicas deste setor econômico, podemos citar: comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários e administrativos, transportes.

Essa forma de produção flexibilizada traz, ainda, a intensificação das condições de exploração da força de trabalho e se reflete também nos direitos trabalhistas, que são desregulamentados e, de certa forma, flexibilizados em meio a essas modificações. Com isso, há um aumento na fragmentação da classe trabalhadora e a própria desmobilização dos sindicatos.

Verifica-se que esse processo de “mundialização do capital” (Antunes, 2000)<sup>34</sup> e as questões oriundas desse processo vêm acarretando o aumento da desigualdade e a exclusão social. Tal processo tem apontado para o sistema capitalista a necessidade de novas tecnologias de gerenciamento, tanto no que diz respeito ao processo de trabalho dentro das instituições, como na criação de estratégias de intervenção para lidar com a população desempregada ou o “exército industrial de reserva” (Marx, 2006) – pessoas que não conseguem se inserir nesse sistema de produção. Para tanto, vem solicitando o trabalho do profissional de Serviço Social para dar respostas a essas demandas, cujo objeto de intervenção são as expressões da “questão social”<sup>35</sup>.

Portanto, será que o assistente social, como trabalhador inserido no setor de serviços, não contribui para o desenvolvimento do capital? Será que ele é improdutivo? De acordo com o que já foi abordado, vêm ocorrendo modificações no processo de trabalho, nas relações de trabalho e novas profissões vêm sendo solicitadas, a partir da exigência de qualificação imposta pelo capitalismo. Por essas razões, e conforme anunciado, entendo que todas as formas de trabalho e todos os processos de trabalho se encontram inseridos no desenvolvimento do capitalismo.

Com base nesse viés analítico e para compreender melhor essas novas relações de produção, considero importante tomar como referência o processo de trabalho dos assistentes sociais na contemporaneidade. Contudo, para analisar os impactos sofridos pelos profissionais em sua rotina de trabalho e compreender como esta se organiza, torna-se necessário conhecer as novas demandas postas

---

<sup>34</sup> Antunes (2000) toma como referência a discussão feita sobre por François Chesnais. A mundialização do capital. Xamã, São Paulo, 1996.

<sup>35</sup> A questão social pode ser definida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais colectiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2005, p. 27).

pelo capital à profissão, refletindo, particularmente, sobre a questão da inserção do assistente social como trabalhador do setor de serviços.

Assim, no próximo capítulo trarei a discussão sobre o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, abordando a trajetória da profissão desde o seu surgimento até a contemporaneidade, com enfoque na análise da especificidade do seu trabalho e o entendimento dos assistentes sociais sobre a temática processo de trabalho e a participação da profissão no processo de desenvolvimento do capital.